16:20 92%

Usina termelétrica a carvão Candiota 3, no Rio Grande do Sul; subsídio a combustível fóssil é um dos fatores do aumento da conta de luz Danilo Verpa - 7 dez 21/Folhapress

'Espiral da morte' faz luz subir o quádruplo do custo da energia

Estudo mostra alta de R$ 33 bi para R$ 140 bi nos encargos em dez anos; peso recai principalmente sobre residências

Alexa Salomão

SÃO PAULO Não é o preço da energia em si, mas a distribuição desordenada de subsídios e custos adicionais que está elevando exponencialmente a conta de luz, mostra diagnóstico sobre itens que compõem a tarifa ao longo dos anos.

De 2013 a 2023, por exemplo, o preço da energia em si aumentou 9%, já descontada a inflação. Os encargos, no entanto, nome dado a subsídios para operação de empresas, como desconto no fio para projetos de energia renovável, e custos excepcionais, como a ajuda a distribuidoras durante a Covid, avançaram 326,5%. Passaram de R$ 32,8 bilhões para R$ 139 bilhões.

A disparidade fez com que a conta de luz para famílias e a maioria das empresas do país, de médio e pequeno porte, aumentasse, na média nacional, 35% no período —o quádruplo do reajuste da energia em si.

"A CDE [que reúne encargos criticados pelo setor] se tornou impagável e causa uma espiral da morte: incentiva o consumidor a sair do ambiente regulado, como quem fica paga uma conta maior, também tenta fugir e, se consegue, deixa a conta maior ainda para quem fica, num movimento sucessivo", diz Mario Menel, presidente do Fase (Fórum das Associações do Setor Elétrico).

O fórum, que reúne 20 entidades de todos os segmentos do setor —geração, transmissão e distribuição, seja hídrica, solar, eólica e até biogás e nuclear—, realizou um levantamento que inclui o diagnóstico sobre desarranjos no setor de energia elétrica e sugestões para operação de empresas, como desconto no fio para projetos de energia renovável, e custos excepcionais, como a ajuda a distribuidoras durante a Covid, avançaram 326,5%. Passaram de R$ 32,8 bilhões para R$ 139 bilhões.

A disparidade fez com que a conta de luz para famílias e a maioria das empresas do país, de médio e pequeno porte, aumentasse, na média nacional, 35% no período —o quádruplo do reajuste da energia em si.

"A CDE [que reúne encargos criticados pelo setor] se tornou impagável e causa uma espiral da morte: incentiva o consumidor a sair do ambiente regulado, como quem fica paga uma conta maior, também tenta fugir e, se consegue, deixa a conta maior ainda para quem fica, num movimento sucessivo", diz Mario Menel, presidente do Fase (Fórum das Associações do Setor Elétrico).

O estudo trata de transição energética e alternativas para elevar investimentos. Defende com propostas detalhadas o aprimoramento da gestão e do planejamento setorial, com órgãos públicos adotando metas mais claras.

Uma grande preocupação da Agenda Fase é com o destino dos encargos e seus efeitos especialmente sobre o mercado regulado, no qual estão mais 90% dos consumidores.

"O ambiente regulado assumiu riscos insuportáveis", afirma o diretor-geral da Volt Robotics, Donato da Silva Filho.

"O risco de chover e o de não chover, o risco de dólar, o risco de preço de combustíveis. Esse modelo já quebrou três vezes. Quebrou entre 2013 e 2014, com um seca, em 2020 com a Covid, e outra vez com nova seca em 2021. Não se sustenta."

A título de comparação, a tarifa média no mercado cativo no ano passado encostou em R$ 740 pelo MWh (megawatt-hora). No mercado livre, no entanto, ficou na faixa de R$ 120. Atualmente, o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), que serve como balizador para negociações à vista de energia, está em R$ 61.

Uma das maiores preocupações do setor, reforçada pelo estudo do Fase, é o encarecimento da tarifa provocado pela CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), na qual se consolida boa parte dos encargos criados por esses riscos imprevisíveis ou pela atuação de lobbies, em que cada setor puxa para o seu lado sem pensar no todo.

A projeção é que vá custar R$ 37 bilhões neste ano.

Os encargos não são pagos por quem tem autoprodução de micro e minigeração distribuída, normalmente de painéis solares. O consumidor de baixa renda também é isento.

"Precisamos de uma ação estruturante para reduzir esses encargos porque eles vão levar à insolvência do setor elétrico."

Normalmente, um subsídio pode vir na forma de benefício social, para ajudar os mais pobres, ou como um incentivo para, provisoriamente, ajudar algum setor considerado prioritário ou estratégico, mas que ainda não consegue avançar sem apoio. Nas melhores gestões, o governo usa o subsídio como ferramenta para direcionar prioridades da política pública.

Nos últimos anos, no entanto, a distribuição de benefícios vem ocorrendo sem um norte coeso.

Encargos são liberados pelo Congresso para atender lobbies aleatórios, sem relação com uma política na área de energia, muitas vezes mediante o silêncio ou até apoio meramente político, sem análise técnica do MME (Ministério de Minas e Energia). Não raro, também, atropelando a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que vem perdendo força no contexto de enfraquecimento geral das agências reguladoras.

Os dois itens que mais pesam na CDE, por exemplo, demonstram a falta de rumo.

O custo mais elevado, projetado em R$ 10,7 bilhões para este ano, vem do combustível fóssil para térmicas em áreas isoladas, a maioria na Amazônia Legal, que estão dentro da chamada CCC (Conta de Consumo de Combustíveis).

O segundo item é o desconto na conexão dos projetos de energia renovável no sistema, também chamado de desconto da distribuição, estimado em R$ 10,2 bilhões neste ano.

"São sinais trocados: subsidiamos, ao mesmo tempo, combustível fóssil e energia renovável", afirma Donato.

> A CDE [que reúne encargos criticados pelo setor] se tornou impagável e causa uma espiral da morte: incentiva o consumidor a sair do ambiente regulado, como quem fica paga uma conta maior, também tenta fugir e, se consegue, deixa a conta maior ainda para quem fica, num movimento sucessivo
>
> **Mario Menel**
> presidente do Fase (Fórum das Associações do Setor Elétrico)

"Cada hora alguém elege um vilão diferente para os aumentos da tarifa de energia, mas dados de diferentes setores mostram que os problemas estão disseminados, por isso propomos no relatório uma faxina no sistema regulado."

No caso das térmicas com combustível poluente, Donato destaca que já há tecnologia para gerenciar o uso de um volume menor de combustível fóssil, intercalando com a geração de energia renovável, especialmente solar e biomassa.

Ele também diz que é preciso colocar prazo em todos os subsídios e dá exemplos.

"Estamos subsidiando carvão mineral na transição energética. É preciso colocar em lei um limite para acabar, sugerimos cinco anos, e fazer um plano para revitalizar as cidades que dependem dele, gerando emprego verde", afirma Donato. "As pessoas dessa região não precisam ficar dependentes de uma economia da época da princesa Isabel."

O terceiro encargo que mais pesa na conta de luz é a tarifa social, projetada em R$ 6,2 bilhões neste ano. Donato defende que aí também é preciso uma análise mais cautelosa, apesar de o gasto ser defensável em todos os sentidos.

"A gente não enxergava com clareza, mas o subsídio para baixa renda dobrou depois da pandemia e não está garantido que todos os beneficiados são elegíveis", afirma Donato.

Antes da Covid-19, o benefício abrangia o montante de 1.500 MW médios, depois, mais de 3.000 MW médios.

"Houve um pente-fino no Bolsa Família, talvez valesse a pena fazer uma análise detalhada, a partir dos cadastros de programas sociais, desse benefício sobre a conta de luz."

Os dados coletados também apontam, destaca Donato, que vai surgir uma espécie de nova CDE até 2030.

"Estamos fazendo leilões e contratando térmicas do jeito menos econômico, e isso precisa ser revisto para não comprometer o futuro da tarifa."

Uma das medidas importantes para deter a pressão do custos, destaca, é o cancelamento de todas as térmicas previstas na Lei de Privatização da Eletrobras.

O texto estabelece a instalação de 8 GW (gigawatts) de térmicas a gás onde não há gás, exigindo a construção de gasodutos, nem mercado consumidor, o que também vai demandar a construção de novas linhas de transmissão. Tudo isso elevando ainda mais os encargos na conta de luz.

A Agenda Fase já foi enviada ao Congresso, ao MME e a outras pastas que estão envolvidas na agenda de energia, como Fazenda, Mdic (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Ambiente e Aneel.

Leia mais sobre energia na pág. A24

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
HOSPITAL DE CLÍNICAS
COMUNICADO
O HC/UNICAMP COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE O PREGÃO ELETRÔNICO HC 21191/2023, OFERTA DE COMPRA Nº 1022021005200202000085, PROCESSO 15-P-34077/2023, REGISTRO DE PREÇOS DE Higienizador em Espuma com Comodato, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, FOI SUSPENSO PARA ADEQUAÇÃO DO EDITAL.

Sindicato dos Trabalhadores em Condomínios e Edifícios Comerciais e Residenciais de Mogi das Cruzes e Região
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
O Sindicato da entidade supra, CNPJ: 17.163.050/0001-92, convoca os associados em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 09/02/2024 às 09h em 1ª convocação (metade mais um), ou meia hora após em 2ª convocação com qualquer número de comparecidos presentes, na Rua Dr. Deodato Wertheimer, 1905, 2º Andar, Conjunto 23, Centro, CEP 08.710-430, Mogi das Cruzes/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação do novo valor da mensalidade dos associados. Mogi das Cruzes/SP, 01 de fevereiro de 2024 – Ayrton dos Santos – Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS DA BMB MATERIAL DE CONSTRUÇÃO S.A. - Pelo presente edital, o SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO, representado por seu Presidente Ricardo Patah, no uso das atribuições legais e estatutárias, CONVOCA os comerciários da empresa BMB MATERIAL DE CONSTRUÇÃO S.A., CNPJ nº 23.476.933/0001-09, Nasbra ou não o entenda, da abrangência territorial do município de São Paulo/SP, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma virtual no dia 07/02/2024 das 10h00 às 18h00, por intermédio de link próprio e ser disponibilizado para os empregados, com objetivo de deliberarem através de votação, sobre proposta de acordo coletivo de trabalho de jornada híbrida e outras cláusulas. São Paulo/SP, 01 de fevereiro de 2024. Ricardo Patah – Presidente.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 6ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2024 - UASG 389222
O Conselho Regional de Nutricionistas – 6ª Região (SP) torna público que está promovendo a realização do Pregão Eletrônico nº 2/2024. Objeto: Aquisição de Mobílias para a Sala de Reuniões Plenárias e demais setores do Conselho Regional de Nutricionistas 6ª Região. Tipo de Itens Licitados: 2 Edital Disponível a partir de 02/02/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Senador José Henrique 237, Emp. Charles Daniel, Sala 2105, - Recife/PE ou https://www.gov.br/compras/edital/389222-5-90001-2024 Entrega das Propostas: a partir de 02/02/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/02/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Suelaine Soares da Silva - Presidente

Processo Administrativo 02000005832.024. Processo Licitatório 052.024. Inexigibilidade - 022.024. Credenciamento Nº 010.024. O Município de Auriflama-SP através da Prefeita Sra. Katia Conceição Maria de Carvalho torna público, a todos interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório na modalidade Inexigibilidade, na forma eletrônica objetivando o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, administração e implementação de cestas para Vale-alimentação, disponibilizados em aparelhamento 02 (quinhentos e vinte e dois) cartões eletrônicos com chip da segurança, que deverão proporcionar aos servidores da Prefeitura de Auriflama a utilização em estabelecimentos comerciais credenciados, em atendimento à Lei Municipal nº 2.096 de 17 de abril de 2.013, que dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos desta Prefeitura. O prazo para entrega de envelope para "Credenciamento" é de 05 de fevereiro de 2.024 a 26 de fevereiro de 2024, até as 23h59min. O edital completo encontra-se, a disposição dos interessados, na Divisão de Compras e Licitações desta Prefeitura, situada na Rua João Pacheco de Lima, 44-65, Centro. Auriflama-SP; no horário das 07 horas as 11 horas e das 13 horas às 17 horas e no site www.auriflama.sp.gov.br. Auriflama 02 de fevereiro de 2.024.

DIVINO BARBEIRO LTDA.
CNPJ:01.205.745/0001-05
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores sócios da sociedade empresarial **Divino Barbeiro Ltda.**, CNPJ. 01.205.745/0001-05, com sede social na Rua Infiambu, 683, sobreloja, Vila Uberabinha, São Paulo/SP, para se reunirem em **Assembleia (REUNIÃO) Geral Extraordinária**, na sede do Escritório Sousa e Trepicco Sociedade de Advogados, situado à **Av. Marquês de São Vicente, 1619, 2º andar, Cj. 2710**, Bairro Barra Funda, São Paulo/SP, às **10h00 do dia 09/02/2024**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: Dissolução da Sociedade nos termos do artigo 1.033, III do Código Civil. São Paulo, 29/01/2024. Sócio Quotista - **Nelson Pereira Lima** - CPF 070.604.088-00.

bradesco **EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE CASA - BATAIPÃ/SP**
Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ao 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, horas e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br. Localização do imóvel: Bataipã/SP.** Id. Elena: Rua Alfredo Leitão (antiga Rua 8-11), nº 450-11. 18 da qd. C1. **Casa**: Área total: 360,00m² e const: 90,85m² (estimada no local 130,00m²). Mat: 18.401 do R. local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes por conta do arrematante. Ocupada (sit). **1º Leilão: 19/02/2024, a partir das 10h00.** Lance mínimo: R$ 218.914,55. **2º Leilão: 22/02/2024, a partir das 10h00.** Lance mínimo: R$ 178.470,55 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor do débito, acrescido dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 2117-1381. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e vendas dos imóveis disponíveis no site: **https://VITAINEBRADESCO.com.br/ www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

MUNICÍPIO DE BALBINOS
Pregão Presencial nº 001/2024
PROCESSO Nº 001/2024 – TIPO: MENOR PREÇO NO LOTE
OBJETO: 1.1. A Presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de lanche de uso de alimentos por prato determinado, com atualização mensal, conforme Anexo I, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Turismo, Esporte e Lazer, para diversas áreas da Prefeitura de Município de Balbinos – SP. 1.2. O Objeto acima mencionado é composto por 01 (um) LOTE, conforme especificações mínimas descritas no termo de Referência, 1.3. O Lote descrito acima será considerado em sua totalidade, ou seja, será composto por todos os elementos contidos neles; 1.4 – A empresa participante deverá cotar a totalidade do LOTE, e para este haverá etapas de lances; 1.4.1 – A licitante ganhadora será selecionada para a etapa de lances se cotar o LOTE de acordo com as especificações constantes do Anexo I. 1.5. Os produtos deverão atender as especificações mínimas exigidas no mercado nacional e normas brasileiras vigentes. Prorrogação de data: 05/01/2024, Horário: 14:00. Local de realização da sessão: Sala de Licitações – Rua 7 de Setembro, nº 4-61, Bairro: Centro; CEP 11.640-037 – Balbinos - SP. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o Auxílio de Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento e credenciamento dos interessados.
Esclarecimentos: Seção de Licitações, e-mail: compras@balbinos.sp.gov.br
Balbinos – SP, 01 de fevereiro de 2024
Benedito Jackson Balconiari - Prefeito do Município de Balbinos